

Faculdade Ciências da Vida – FCV

**OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NA CIDADE DE SETE
LAGOAS/MG**

Renato Lima de Oliveira¹

Anamaria Batista Nogueira ²

Sete Lagoas
2019
RENATO LIMA DE OLIVEIRA

**OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS
PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NA CIDADE DE SETE
LAGOAS/MG**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado
ao Curso de Graduação em Psicologia da Faculdade
Ciências da Vida.

Orientadora: Anamaria Batista Nogueira

Sete Lagoas

2019

Graduando em Psicologia na FCV - Faculdade Ciências da Vida, Sete Lagoas/MG.

E-mail: RENATO_LIMA123@YAHOO.COM.BR

Mestre e Doutora em Psicologia pela FAFICH/UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

E-mail: ANAMARIAPSI@GMAIL.COM

OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (PSR) NA CIDADE DE SETE LAGOAS/MG

RESUMO

A temática a respeito da população em situação de rua (PSR) é ponto fomentador de grandes discussões e polêmicas entre os pesquisadores da área, em geral psicólogos, sociólogos e terapeutas ocupacionais. Todos os meses, nas mais distintas cidades brasileiras, são noticiadas ocorrências de agressões e omissões no âmbito judicial, social e político dos serviços públicos que deveriam se destinar à PSR. Historicamente, essa população tem dificuldade de ter acesso aos serviços públicos e, corriqueiramente tem seus direitos mais essenciais vetados. Os preceitos da Política Nacional da PSR devem ser intensificados desde à sua divulgação à implementação para romper com essa situação, o que justifica o presente trabalho. Objetivamos investigar a correlação entre as políticas públicas destinadas à PSR e as instituições públicas de Sete Lagoas/MG, campo exploratório privilegiado em nossa pesquisa qualitativa. Nos perguntamos se a dificuldade de adesão às instituições deve-se somente a questões advindas da população de rua. Para a coleta de dados, utilizaremos formulário estruturado fechado de levantamento de opinião que será aplicado a 14 funcionários públicos nas seguintes instituições; Acolher, Centro POP. Sua análise será feita de acordo com a metodologia de pesquisa Análise De Conteúdo desenvolvida por Bardin (2016). A análise do conteúdo implicará em analisar as comunicações - o que foi dito nas entrevistas e observado pelo pesquisador. Na análise do material, buscar-se-á classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua; Psicologia Social; Políticas Públicas.

Abstract

The theme about the Homeless population (HP) is a foster point of major discussions and controversies among researchers in the area, in general psychologists, sociologists and occupational therapists. Every month, in the most different Brazilian cities, occurrences of aggressions and omissions are reported in the judicial, social and political sphere of public services that should be allocated to HP. Historically, this population has difficulty having access to public services and commonly has its most essential rights vetoed. The precepts of the HP National Policy should be

intensified from its dissemination to the implementation to break with this situation, which justifies the present work. We aimed to investigate the correlation between the public policies aimed at the HP and the public institutions of Sete Lagoas/MG, privileged exploratory field in our qualitative research. We wonder whether the difficulty of joining the institutions is due only to issues arising from the homeless population. For data collection, we will use closed structured opinion survey form that will be applied to 14 civil servants in the following institutions; Welcome, POP Center. Its analysis will be done according to the research methodology Content Analysis developed by Bardin (2016). The content analysis will imply analyzing communications - what was said in the interviews and observed by the researcher. In the analysis of the material, we will seek to classify them into themes or categories that help in the understanding of what is behind the discourses.

KEYWORDS : People in Street Situation ; Social Psychology ; Public Policies.

• INTRODUÇÃO

Conforme a relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU), Leilani Farha, o aumento do número de pessoas em situação de rua(PSR)acontece devido a diversos impasses como a desigualdade, distribuição desigual de terra, e a pobreza em escala global. Ainda, segundo Farha, é necessário que os governadores mundiais reconheçam o problema da PSR como uma negação à garantia de uma vida digna a todas as pessoas e, diante desse entrave, as políticas públicas para PSR devem ser melhoradas (ONU, 2017). Apesar de tantos impasses referidos ao aumento dos PSR, a relatora da ONU acredita que o cerne de uma possível resolução dessa questão estaria na melhoria das políticas públicas destinadas a PSR. Os leva a pensar, portanto, em uma resolução preventiva a esses impasses, e não simplesmente em medidas prognósticas.

A PSR é identificada como um grupo populacional misto, de miséria extrema, e eles familiares fragilizados ou extintos, além de serem privados de casa convencional regular. Encontram-se em condição de vulnerabilidade social, já que são apartados dos principais meios para a manutenção de sua sobrevivência, isto é, são excluídos da sociedade (HONÓRIO, 2016). Como são excluídos da sociedade, Honório nos leva a questionar se a sociedade, incluindo os meios governamentais, os envolveriam em alguma ação! Trata-se de uma questão política, cuja trama de poder deve ser levada em consideração! Como intervir nessa trama?

De acordo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), o Brasil não possui uma estimativa exata do número de PSR. Esta inexistência afeta a implementação de políticas públicas dirigidas a essa população, o que contribui para propagar o preconceito sob a PRS no âmbito das políticas sociais (IPEA, 2016).

O presente trabalho justifica-se, diante o número significativo de PSR no Brasil e a necessidade de políticas públicas que os alcancem em âmbitos gerais. Outro ponto fundamental dessa pesquisa deve-se à investigação entre o engajamento das políticas públicas voltadas à PSR, sua implementação e adesão aos serviços ofertados na cidade de Sete Lagoas.

O estudo é importante para salientar a relevância das políticas públicas no quesito psicossocial, trazendo à tona o seu valor, ou seja, como maneira de responder às demandas urgentes e proporcionar possíveis avanços e mudanças sociais consequentes das estratégias de implementação realizadas em Sete Lagoas/MG.

Ressalta-se, que se trata de um público que carece de mais atenção e políticas de equidade para, de fato, poderem exercer seus direitos. Diante destas informações, questionamos: quais são os impasses enfrentados na adesão da PSR nas instituições públicas de Sete Lagoas/MG?

Como objetivos buscaremos, sob a perspectiva dos servidores públicos: descrever os principais impasses enfrentados pelas instituições públicas do município, compreender as peculiaridades da PSR que possam comprometer a sua adesão aos serviços dispostos, e se estas características estão sendo levadas em consideração tanto pelas políticas públicas, quanto na sua implementação. Mapearemos e investigaremos os serviços dispostos à PSR, sejam eles engajados ou não com as políticas públicas vigentes.

Este artigo trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa, do tipo exploratório, da qual a fonte de coleta e informações será via formulário de Levantamento de opinião, com perguntas semiestruturadas destinadas a funcionários públicos que atendem PSR em Sete Lagoas/MG. A análise de dados será feita conforme a metodologia de Bardin (2016). A Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (2016), que tem um viés essencialmente qualitativo, embora possa se utilizar de parâmetros estatísticos para apoiar as interpretações dos fenômenos da comunicação.

- **REFERENCIAL TEÓRICO**

- **Contextualização histórica nacional do surgimento das políticas públicas voltadas para a PSR**

Conforme uma apuração feita em 2015 pelo Conselho Regional de Psicologia (CRP) de Minas Gerais, a presença PSR não é um fato novo. No início da expansão industrial no Brasil, na

década de 1950, a população rural migrou do campo para as cidades em busca de novos empregos, porém com o passar do tempo a necessidade de mão de obra qualificada se tornou um desafio para a indústria, os postos de trabalho cresciam e junto desse crescimento houve uma necessidade de pessoas qualificadas para assumir tais postos. Entretanto nem todos conseguiram se adaptar as novas exigências e oportunidades de trabalho. Como, muitos dos trabalhadores são descartados pelo mercado e dentre estes, muitos passam a sobreviver nas ruas.

Em torno de 1960, alguns municípios adotaram políticas públicas higienistas, destinadas a retirada de favelas e ocupações, expulsando a mendicância para a periferia. Segundo Paiva (2015), nesse contexto o estado utilizou de leis opressivas para castigar as pessoas que não condiziam com a lógica do capital de mercado e consumo. Com as operações de fiscalização nas áreas públicas, foram levados os poucos pertences dessa classe social menos favorecida e seus documentos, desmontando seus barracões provisórios, dificultando a circulação da PSR, o que agravou ainda mais a sua situação de vulnerabilidade. Transcendendo-se assim, de um “Estado Social” para um “Estado Penal” (p. 02).

A transição do governo militar para o civil ocorrido no Brasil, na década de 1980, seguida por intensificação do processo de globalização, e por uma crise econômica que acentuou o aumento do desemprego, favoreceu a evasão de um público menos favorecido para além dos limites territoriais demarcados geograficamente e socialmente a eles. Expandiram-se cortiços, favelas e vilas, invadindo as praças das cidades e aumentando assim, a PSR.

A PSR é uma problemática social, que necessita de intervenções do Estado a fim de proporcionar mecanismos de proteção social que abarquem a todos. Com o fim do século XX, houve um surgimento de políticas públicas voltadas para o amparo de pessoas em vulnerabilidade social, isso gerou uma reviravolta social. Aumentaram-se as desigualdades sociais e intensificou-se a pobreza (CRP-MG, 2015).

Conforme nos evidencia o CRP-MG (2015), os fatos históricos das políticas públicas voltadas para a PSR no Brasil, e os termos normativos que as regulamentam, demonstram que nos últimos 30 anos poucas alterações são relevantes como também, poucas alterações estão sendo definidas como resposta as demandas advindas da própria PSR. Por volta dos anos 80, a abertura política do país favorece o nascimento das primeiras ações de organização da PSR, recebendo posteriormente contribuições de diversos atores, como as instituições internacionais, teóricos, especialistas e movimentos religiosos.

Segundo Barbosa (2018), a partir da década de 1990, emergem grupos que militam na defesa dos direitos dessas pessoas, o tema “população em situação de rua” (p.01) destaca-se e entra na pauta de algumas prefeituras municipais. Assim, surgem as primeiras iniciativas do poder público destinadas especificamente a essa população, com ênfase na defesa de seus direitos e buscando assegurar seu acesso aos serviços públicos. Além disso, são criados os primeiros espaços de participação social com o propósito de debater políticas públicas, tendo a PSR como membros. São eles, o Fórum Coordenador dos Trabalhos com a PSR no município de São Paulo, e o Fórum da População de Rua em Belo Horizonte.

As primeiras regulamentações nesse intuito foram a Política Nacional de Assistência Social, que assegurou cobertura a essa população, e a Lei 11.258, de 30 de dezembro de 2005, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social e implementou a obrigatoriedade de criação de programas de amparo a essas pessoas. Em setembro de 2005 foi lançado oficialmente o Movimento Nacional da População de Rua, que já contava com representantes em diversos estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Este movimento passou a ocupar espaços de participação social e de formulação de políticas públicas, o que ampliou a visibilidade do tema pelo governo federal (BARBOSA, 2018).

Em 23 de dezembro de 2009, foi assinado pelo governo federal o Decreto 7053, que engloba a Política Nacional e, em fevereiro do seguinte ano, constituiu o Comitê Nacional de Acompanhamento e Monitoramento da Política Intersetorial para a População de Rua, representando uma evolução significativa que trouxe novos desafios e discussões. O Comitê é coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, com atuação paritária (BOVE; FIGUEIREDO, 2015).

Contudo, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), enfrentam muitas dificuldades na implantação das políticas públicas destinadas a PSR devido tanto à grande setorização das políticas, como a segmentação de sua gestão. Com essa ausência de práticas integradas cria-se um cenário de ineficácia, que se distanciam da possibilidade de um enfrentamento dos desafios atuais, gerando efeitos diretos nos serviços e na atenção aos usuários (ROMAGNOLI, 2017).

- **As dificuldades de implementação das políticas públicas**

Barbosa (2018) afirma que a efetivação das políticas públicas é um grande desafio, pois exige modificações de projetos de forma geral, ações e resultados. Este desafio é otimizado pela complexidade no processo para a sua implementação, sobretudo em atribuição dos diferentes temas, objetos destas políticas. Nesse sentido, significa dizer que o método de implementação de políticas públicas pode abranger atores de diferentes níveis governamentais e organizações com distintos interesses, e formas institucionais, constituindo arranjos interorganizacionais para cumprimento de práticas governamentais específicas, sendo que sua base e suas formas de interação intervêm em sua performance.

Conforme nos traz Barbosa, podemos interpretar que, quanto melhor o engajamento entre os governos e as diferentes organizações sobre os temas da PSR, mais eficiente será a implementação das políticas públicas destinadas a esse público. Mais um indício do quanto é importante a pesquisa e divulgação sobre esse campo de trabalho a ser explorado – a articulação entre as políticas públicas, a PSR, e todo o grupo de implementação.

Sobre essa articulação, Sottani (2018), traça um roteiro. O estágio inicial, a formação da agenda, ocorre quando um problema apontado passa a compor as atividades de um grupo no poder, dentro ou fora do governo. Os problemas podem aparecer e sumir da agenda de governo, assim como podem obter ou perder destaque tudo depende da agenda. Um problema pode ser concebido como matéria prima de trabalho dos políticos e outros atores que se preocupam com a solução de problemas públicos. O reconhecimento de um problema, é o ponto de partida para inserção de padrões de atuação na agenda, por exemplo, de partidos políticos (SOTTANI, 2018).

Após o ciclo de formulação, segue-se a implementação. Nessa etapa, da implementação, as instituições e mecanismos estatais exercem sua liberdade ajustando a política planejada à realidade da relação Estado-sociedade e das normas de formação do poder financeiro e político que estas impõem ao jogo entre os agentes sociais. A implementação representaria o empenho, estudos e capital empregado para traduzir as decisões políticas em ações concretas (ESTEVÃO; FERREIRA, 2018).

Por último, a etapa de avaliações encerra o ciclo da política pública em vigor. Essa fase fornece componentes essenciais para avaliar o êxito da política na sociedade. Compete a esta última etapa a incumbência de recomençar novo ciclo, voltado para a busca e implementação de

solução de problemas que não foram anteriormente resolvidos. A perspectiva é que essa nova fase aponte soluções para as desavenças ou controvérsias persistentes que a política pública aspirava resolver (GIANEZINI et al., 2017)

- **As particularidades das PSR diante as políticas públicas**

De acordo com Sicari e Zanella (2018), várias pesquisas comprovam causas e razões que conduziram o povo a residir nas ruas, como o uso excessivo de álcool e outros entorpecentes, a ruptura de vínculos e discórdias familiares, incluindo a separação conjugal, a desocupação e o prazer da independência, que é vivenciado na rua. Essas necessidades multifatoriais que provocam a situação de rua podem acontecer de forma progressiva e sequência, resultando na ocupação da rua de forma definitiva.

Para Silva (2015), o fenômeno de PSR também vem se elevando por causa da inconsistência das relações de trabalho, ociosidade, desemprego e as modificações econômicas. Esse não são os únicos fatores que levam as pessoas para as ruas. Mas com o aumento desses índices, estamos vendo esse aumento se torna visível.

Segundo Hino, Santos e Rosa (2017), esse grupo social excluído pela sociedade tem como domicílio as praças, passeios, parques, logradouros, abrigos públicos ou filantrópicos e, ainda, situações de vida e inserções sociais inconsistentes. Ainda segundo os autores, a falta de uma casa convencional não é o principal infortúnio vivenciado pelos indivíduos que integram essa classe, porém essa situação afeta o engajamento de outros aspectos socioeconômicos importantes, como a carteira de identidade, a proteção o bem-estar físico e emocional e a convicção de pertencimento e as raízes.

Félix-Silva, Sales e Soares (2016) apresentam as diferentes estruturas da rua para cada sujeito que nela vive. Para alguns, a via pública é um lugar de transição, em que o amedrontamento e a incerteza acompanha todo o processo. Para outros, é semelhante a um lugar hospitaleiro, que acomoda e acalenta quem se encontra sem ter para onde ir e quem escolhe ficar. Os autores ressaltam que viver como PSR pode se caracterizar como uma prática de aprimorar a arte de viver, mesmo em condições extremas de precariedade social e invisibilidade.

De acordo Hino, Santos e Rosa (2017), antes falava-se em invisibilidade e distanciamento do Estado na totalidade de problemas da PSR, hoje em dia, existem inúmeras políticas públicas

voltadas para esse segmento. Entretanto, compete contestar o comprometimento do Estado em implementar as práticas estabelecidas por leis e diretrizes. No Brasil, a principal legislação voltada para a atenção à saúde da PSR é a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), criada em 2009.

- **A implementação de políticas públicas para a PSR em Sete Lagoas/MG**

As políticas públicas estão diretamente relacionadas ao Estado e, de acordo com Capella (2018), as políticas públicas podem ser definidas como um conjunto de discussões políticas, entendidas como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político. As políticas públicas voltadas para PSR são formuladas pelo governo federal e são implementadas pelas prefeituras municipais, exigindo um esforço de coordenação interfederativa e a adoção de mecanismos para induzir e facilitar a sua implementação.

Segundo o Centro Regional de Referência em Drogas/UFMG (CRR/UFMG, 2015), a prefeitura de Sete Lagoas reconhecendo a necessidade de planejar e implementar políticas públicas destinados à promoção, proteção e atendimento aos direitos sociais das PSR, bem como estabelecer diretrizes que garantam à universalidade do acesso aos serviços públicos do município, tomou a iniciativa de realizar em 2015, o primeiro levantamento censitário e análise quantitativa de dados sobre a PSR. O Censo foi construído de forma a produzir uma compreensão mais aprofundada da realidade desta população, no intuito de avançar as políticas municipais de proteção social para a PSR.

Além do Censo realizado pelo CRR/UFMG em 2015, foi realizada uma pesquisa pelo Comitê Pop Rua de Sete Lagoas. Na oportunidade a pesquisa foi aplicada em diversos pontos do Município, entre os dias 02 e 04 do mês de Março/2018, tendo como aplicadores voluntários, o Comitê Pop Rua e o Centro Pop. De acordo com Comitê Pop Rua, o principal intuito deste trabalho é identificar o conhecimento da população em relação às entidades que ofertam serviços para PSR, mas também o olhar crítico da sociedade em relação a este público (SETE LAGOAS, 2018).

Segundo o Setor de Vigilância Socioassistencial de Sete Lagoas (2018), ficou claro que 73% dos entrevistados não apresentaram nenhum conhecimento acerca das instituições que oferecem o serviço voltado à PSR. Concernente a este dado, ressalta-se a necessidade de ampliar

a divulgação dos serviços ofertados por estas instituições, o que possibilitaria a sociedade o conhecimento e acesso dos dispositivos para tal fim.

Com relação ao olhar da sociedade sobre o crescimento da PSR, ressalta-se que 60% dos entrevistados assinalaram a opção “Aumentando”, demonstrando a presença de um olhar atencioso, correspondente a essa realidade contemporânea. Ainda nessa linha de reflexão, no que tange “o que você faria para reduzir o número de pessoas morando nas ruas da cidade”, notou-se certa consciência da sociedade em não subsidiar financeiramente. Não obstante, identificaram o “trabalho” como a principal condição de enfrentamento na resolutividade dessa problemática (SETE LAGOAS, 2018).

• **METODOLOGIA**

Este trabalho consistirá em uma pesquisa de campo exploratória e qualitativa nas seguintes instituições públicas: Acolher - casa de passagem para a população em situação de rua, e Centro POP - Centro de Referência Especializado para PSR, na cidade de Sete Lagoas/MG.

Segundo Gil (1999), a pesquisa exploratória busca aprimorar e elucidar convicções, e destina-se ao levantamento de problemas mais categóricos ou pressupostos para serem pesquisados em outros estudos. Segundo o autor, este tipo de pesquisa apresenta menor rigor no planejamento, pois são estruturadas com a finalidade de conceder uma visão geral, de forma mais próxima, a respeito de determinado fato.

Como técnica de coleta de dados, será utilizado formulário de levantamento de opinião estruturado com 14 servidores públicos que atendem PSR. A fim de responder à questão norteadora da pesquisa, o formulário abordará os principais impasses enfrentados pelas instituições públicas da cidade de Sete Lagoas /MG no engajamento da PSR.

A forma de verificação dos resultados será a análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2009), o estudo de conteúdos tem dois papéis básicos: heurística, que aumenta a prospecção à descoberta, aprimorando o experimento exploratório e a administração da prova em que, pela análise, pode-se afirmar ou não os pressupostos.

• APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Elaboramos um quadro que evidencia a percepção dos servidores públicos quanto aos desafios de implementação das políticas públicas voltadas à adesão da PSR da cidade Sete Lagoas/MG, em relação aos serviços disponíveis a eles. Utilizamos um formulário de levantamento de opinião nas instituições Acolher e Centro POP.

O Centro POP de Sete Lagoas/MG, disponibiliza um espaço físico para a realização de asseio pessoal, alimentação, guarda de pertences, atendimento técnico, encaminhamento para documentação, cadastro para bolsa família e encaminhamento para consultas com médicos, dentistas e para casa de passagem. O público atendido são jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. O serviço pode ser acessado de forma espontânea pela PSR, a qualquer momento.

Já o Acolher é uma casa de passagem que acolhe a PSR o acolhimento provisório com estrutura para acolher pessoas e grupos familiares. Com a capacidade para receber no máximo de 50 (cinquenta) pessoas, caracteriza-se pela oferta de acolhimento instantâneo e emergencial, distingue-se por ter um fluxo mais rápido, uma vez que recebe indivíduos em trânsito, com uma permanência máxima de 90 dias. É previsto para PSR e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem.

Selecionamos fragmentos dos discursos das entrevistas que remetem a algumas categorias, para possibilitar a sua análise, conforme a metodologia de Bardin (1988). As categorias particularidades e singularidades em especial, representam respectivamente questões institucionais e questões pessoais expostas pelos servidores públicos.

Quadro com a opinião dos servidores públicos

CATEGORIAS				
LOCAL	PROFISSIONAL	PARTICULARIDADES	SINGULARIDADES	INCIDÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS
Centro POP	Psicóloga 1	A carência de informações precisas sobre as PSR no município. Por serem escassas as pesquisas sobre o assunto desenvolvidas no campo	Ao atuar com pessoas em situação de rua, melhoramos nosso autoconhecimento, passamos a conhecer nosso melhor e nosso pior lado. Além disso,	Sim

		da saúde coletiva, torna-se necessário que mais estudos sobre o tema sejam desenvolvidos.	entramos em contato com nossas fragilidades e sofrimentos mais íntimos, o que contribui para que o próprio trabalho se torne difícil.	
Centro POP	Assistente Social 1	A política de saúde necessita ser implementada de forma mais efetiva para nós funcionários públicos. Para conseguir marcação de consulta médica com algum especialista as vezes demora meses.	Medo de infringir limites éticos para atender às necessidades da PSR (ex.: dar dinheiro).	Sim
CENTRO POP	Estagiária em Serviço Social	Muitas pessoas têm suas vidas afetadas pelo uso de álcool ou drogas, e não sustentam uma permanência fora da ruas	Descrença nas pessoas de forma geral e no mundo.	Não
CENTRO POP	Educador em Abordagem Social 1	Os serviços públicos disponíveis no município, de uma maneira geral, não são adequados às necessidades demandadas pelas PSR..	Remorso ao voltar para casa pensando como conseguem dormir nas ruas.	Não
CENTRO POP	Educador em Abordagem Social 2	Atuação de forma paliativa, agente acaba atuando nas consequências. A causa é um determinado sistema econômico que não é dessa cidade, é desse país, que faz com que as torneirinhas que estão produzindo miséria, pobreza, não sejam fechadas.	Depois que comecei a trabalhar com pessoas em situação de rua, tive um afastamento afetivo de pessoas exigentes que pede com insistência.	Sim
CENTRO POP	Psicóloga 2	O numero expressivo de PSR na cidade. Comparado com número pequeno de servidores em ação.	Me sinto pressionada por nem sempre poder ajudar a todos.	Sim
CENTRO POP	Assistente Social 1	Situações de emergência em que individuo pode rejeitar os serviços ofertados pelo Centro POP. Isso pode fazer ficar vagaroso e muito estressante.	Felicidade em poder ajudar de alguma forma um público muito sofrido.	Sim
CENTRO POP	Assistente Social 2	Falta de treinamentos específicas para atender a PSR.	Tenho insônia as vezes quando começo a pensar nas historias de vida de algumas PSR.	Não
	Assistente Social	Falta de concurso público,	Decepção e impotência	

CENTRO POP	3	provoca um rodizio de funcionários públicos não concursado.	quando seus esforços não dão resultados.	Sim
ACOLHER	Psicóloga 3	Falta de comunicação entre os servidores.	A vontade abundante de tentar repetidamente convencer a pessoa a aceitar um encaminhamento.	Não
ACOLHER	Educador em Abordagem Social 3	Atraso de salários	Sensação de estar sobrecarregado com a quantidade de serviço.	Sim
ACOLHER	Assistente Social 4	A falta de vagas no Acolher	Indignação quando a pessoa falta a um compromisso marcado.	Sim
ACOLHER	Assistente Social 5	Comportamento imediatista das pessoas em situação rua	Receio exagerado com a própria segurança, com medo de sofrer alguma agressão física ou verbal.	Não
ACOLHER	Educadora em Abordagem Social 4	Acho que a maneira que a população local, trata as PSR atrapalha nosso trabalho. Uma vez que dar dinheiro, comida, entre outras coisas, faz com que as PSR não busquem os serviços públicos.	Empatia. Me coloco no lugar dessas pessoas tentando entender como seria se fosse eu que estivesse na situação delas	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme relatos dos funcionários público registrados no quadro acima, existem diversos obstáculos para implementação das políticas públicas voltada para as PSR. Esses obstáculos referem-se não somente a PSR, mas também ao público que os assiste: os funcionários públicos, a universidade e suas pesquisas, e a população com o seu auxílio. Ou seja, as medidas tomadas devem levar em consideração esse coletivo.

A rotatividade de servidores públicos, no Centro POP e no Acolher de Sete Lagoas/MG, fomenta interrupção nos atendimentos. A prefeitura realiza contratações temporárias que impossibilita a continuidade dos atendimentos. A realização de concursos públicos é uma forma reduzir a rotatividade, evitando que servidores sintam pressionados ou ameaçados com demissões além de favorecer a continuidade dos atendimentos.

A falta de capacitação relatada pelos servidores, quando questionados sobre as dificuldades encontradas pela não qualificação adequada, foram obtidas respostas como: dificuldade em realizar o trabalho, desatualização, dificuldade de enfrentamento dos problemas. O treinamento é um importante recurso para aprimorar o aperfeiçoamento dos servidores

públicos por meio da aquisição de novas técnicas, habilidades e uma nova postura no atendimento à população, fatores essenciais para a obtenção dos objetivos organizacionais (VITURINO, 2015, p.03 e 04).

Tendo em vista os dados obtidos no Acolher e Centro POP da cidade de Sete Lagoas, não seria interessante atribuímos as dificuldades de adesão da PSR aos serviços públicos disponíveis, apenas como algo intrinsecamente referido a particularidades do seu grupo. Há dificuldades de ordem institucional, que dificultam a motivação e a adesão dos próprios funcionários nos serviços destinados à PSR, como: falta de concurso público, falta de capacitações específicas para atender a PSR, falta de comunicação entre os servidores, atraso de salários entre outros.

As políticas para enfrentamento e superação da condição de estar na rua ainda são novas e requer ininterruptas pressões sobre os políticos para sua implementação. Esse é o dever do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), formando por homens e mulheres que vivem ou viveram nessa situação cujo o propósito é lutar por igualdade, justiça e garantia de direitos e de integridade para essa população.

• **CONSIDERAÇÃO FINAL**

Conforme SERAFINO (2015), o problema da PSR impõe desafios a especialistas e gestores, para criar soluções de forma coletiva para reunir aspirações, valores e estratégias, salientando as diferenças, relações e potencialidades dos sujeitos, concedendo-lhe visibilidades na invisibilidade da rua. Mesmo que os serviços públicos constituam-se cada vez mais com estruturas de acolhimento e travessia para o ingresso dessa PSR às políticas públicas, há a necessidade de aprofundar, qualificar e estabelecer a integração com todas elas. Apesar das dificuldades existentes, os profissionais das instituições públicas que PSR, procuram melhorar as condições de vida dessa população.

Seria interessante tomar as questões que se apresentaram na presente pesquisa, como desafios, já que elas nos apontam um direcionamento à construção de melhorias coletivas, voltadas a três grandes alvos: a PSR, os profissionais envolvidos e o engajamento da população à população. As pesquisas universitárias podem contribuir muito com a construção de informações sobre essa temática, a fim de colocar o tema em evidência e, com isso, possibilitar o

engajamento entre a gestão pública, as intervenções públicas e a população, incluindo nesta, as PSR.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. C.. **Implementação Das Políticas Públicas Voltadas Para a População Em Situação De Rua: Desafios e Aprendizados**. Dissertação (mestrado) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, Brasília, IPEA, 2018. 120 f. : il. Disponível em:<http://www.mestradoprofissional.gov.br/sites/images/mestrado/turma2/jose_carlos_gomes_barbosa.pdf>. Acessos em: 27 de abr. 2019.

BARBOSA; S. C.. Capacidade de Gestão: coordenação interorganizacional na implementação de programas públicos federais no Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 9. Jan.-Jun. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7107/1/BAPI_n9_capacidade.pdf>. Acessos em: 02 de jun. 2019.

BARDIN, LAURENCE. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOVE, C.; FIGUEIREDO, G.. **População em situação de rua**. Coleção Caravana de Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/06/POPULA%C3%87AO-EM_SITUA%C3%87%C3%83O-DE-RUA.pdf>. Acesso em: 12 de abr. 2019.

CAPELLA, A. C. N.. **Formulação de Políticas Públicas**. Brasília: Enap, 2018. 151. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf>. Acessos em: 27 de abr. 2019.

Centro Regional De Referência Em Drogas. UFMG. A População Em Situação De Rua Do Município De Sete Lagoas- Estudo Censitário. Sete Lagoas, 2015. Disponível em:<<https://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/CensoSeteLagoas2015.pdf>> Acessos em: 27 de abr. 2019.

Conselho Regional De Psicologia De Minas Gerais (CRP-MG). A Psicologia E A População Em Situação De Rua Novas propostas, velhos desafios. Belo Horizonte, 2015. Disponível em:<<https://redeassocialpg.files.wordpress.com/2016/01/a-psicologia-e-a-populac3a7c3a3o-de-rua.pdf>>. Acessos em: 27 de abr. 2019.

CRR/UFMG, Centro Regional de Referência em Drogas da Universidade Federal de Minas Gerias. **População em Situação de Rua do Município de Sete Lagoas - Estudo Censitário.** Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <<https://crr.medicina.ufmg.br/project/assets/ckfinder/files/CensoSeteLagoas2015.pdf>>. Acessos em: 05 de abr.2019

ESTEVÃO, Renildo Barbosa; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Análise de políticas públicas: uma breve revisão de aspectos metodológicos para formulação de políticas. **HOLOS**, [S.l.], v. 3, p. 168-185, set. 2018. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6818>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

FARHA, L.. **O morador de rua não precisa só de comida, precisa de saúde e educação', diz ativista.** ONU Brasil, 2017. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/o-morador-de-rua-nao-precisa-so-de-comida-precisa-de-saude-e-educacao-diz-ativista/>>. Acesso em: 01 de Jun.2019.

FELIX-SILVA, Antônio Vladimir; SALES, Rita de Cássia Martins; SOARES, Gabriela Pinheiro. Modos de viver e fazer arte de pessoas em situação de rua. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 21, n. 1, p. 46-57, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000100046&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 05 jun. 2019.

GIANEZINI, K.; BARRETTO, L. M.; BARBOSA, G. D.; LAUXEN, S. L.; BARBOSA, G. D.; VIEIRA, R. S. Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas.** v. 21, n. 2, 2017. Disponível em:<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/8262>>. Acessos em: 13 de abr. 2019

GIL, ANTONIO; C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HINO, Paula; SANTOS, Jaqueline de Oliveira; ROSA, Anderson da Silva. People living on the street from the health point of view. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, supl. 1, p. 684-692, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018000700684&lng=en&nrm=iso>. Acessos em: 13 de abr. 2019.

HONÓRIO, L. Fatores que contribuem para a reincidência da população em situação de rua: estudo de caso no centro de referência especializado para população em situação de rua (centro pop) no município de Araranguá/SC. **UNISUL, Araranguá/SC.** 2016. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Luciangela.pdf>>. Acessos em 04 de abr.2019.

IPEA, Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil.** Brasília, outubro de 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>. Acessos em 04 de abr. 2019.

PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 21, n. 8, p. 2595-2606, Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000802595&lng=en&nrm=iso>. Acessos em: 02 de jun. 2019.

ROMAGNOLI, C. R. (2017). Transversalizando as políticas públicas: quando a intersetorialidade se torna rizomática. **Psicologia em Estudo**. v. 22, n. 8. Belo Horizonte-MG, Brasil. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4025/psicoestud.v22i3.35843>>. Acessos em 01 de abr.2019

SERAFINO, Irene et al. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. 75R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015 Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate, [s. l.], v. 18, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v18n1/1414-4980-rk-18-01-00074.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

SETE LAGOAS, Setor de Vigilância Socioassistencial de Sete Lagoas. **Análise da pesquisa originada pelo comitê pop rua no município de Sete Lagoas**. Sete Lagoas, Abril/2018. Acessos em: 08 de abr. 2019.

SICARI, A. A., ZANELLA, A. V.. Pessoas em Situação de Rua no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Out/Dez. 2018 v. 38 n°4, 662-679. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>>. Acessos em: 19 de abr. 2019.

SILVA, P. M. F.. Pessoas em situação de rua em Recife: Cidadania através do trabalho como uma alternativa(dissertação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17054>>. Acessos em: 08 de abr.2019.

SOTTANI, N. B.. **Políticas públicas de formação de diretores de escolas públicas no brasil: uma análise do programa nacional escola de gestores da educação básica**. Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda/RJ, Brasil. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/6542/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Nat%C3%A1lia%20Bazoti%20Brito%20Sottani.pdf>>. Acessos em: 08 de abr. 2019

VITURINO,W. de M. A importância do treinamento como processo de profissionalização dos servidores públicos municipais. In: Seminário de Administração da Macrorregião de Picos, 4, 2015, Picos. Anais do 4º A importância do treinamento como processo de profissionalização dos servidores públicos municipais. Picos: UFPI , 2015. Disponível em: <http://www.cra-pi.org.br>. Acesso em 03/11/2019